



v. 11, n. 1 – 2022 – ISSN 2316-395X – DOSSIÊ

Entrevista¹

Alzemi Machado²

Um trabalhador e conselheiro da cultura. Nesta entrevista, Alzemi Machado retoma a sua trajetória de vida para nos explicar os seus posicionamentos em defesa das políticas culturais. O bibliotecário da Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC) e coordenador técnico da Hemeroteca Digital Catarinense nos proporciona reflexões sobre as aproximações entre os campos da Biblioteconomia e da Arquivologia, assim como esclarece e problematiza sobre as histórias desses equipamentos culturais, sobretudo no estado de Santa Catarina. As políticas culturais são disputas de espaços e de ideias. Nesse sentido, Alzemi Machado nos alerta sobre a importância da atuação profissional dos trabalhadores da cultura, dentro e fora dos seus locais de trabalho.

VENDEDOR DE JORNAL QUE SE TORNA UM BIBLIOTECÁRIO

GMS: Conte-nos um pouco sobre a sua infância e juventude, o lugar em que você nasceu, seus pais e a sua família.

AM: Nasci em 21 de janeiro de 1964. Sou carioca apenas de registro, vindo para Florianópolis com tenros 10 meses de idade, sendo o penúltimo de uma prole de sete filhos. No bairro do Estreito passei parte da minha infância: correndo descalço pelas ruas de barro, tomando banho de mar no balneário, acompanhando a construção do Estádio Orlando Scarpelli, do Figueirense Futebol Clube, ajudando com meus seis irmãos na confecção do boi de mamão, brincando o Carnaval no Clube 5, indo às sessões do Cine Glória e Igreja de Fátima. Fiz muitas travessuras típicas de um garoto livre, àquela época, não tinha me dado conta

¹ Entrevista realizada por Giane Maria de Souza. Giane é doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Representante do setor de patrimônio material no Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina (CEC/SC). É uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho de Patrimônio da Associação Nacional de História (ANPUH/SC). Especialista cultural – educadora do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ).

² Mestre em Educação e Cultura pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Bibliotecário da Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC) e coordenador técnico da Hemeroteca Digital Catarinense. Tem formação na área de encadernação e conservação de acervos bibliográficos. Pela sua militância no setor cultural, foi condecorado com a Medalha Cruz e Sousa em 2017. É o atual presidente da Associação dos Funcionários da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e conselheiro eleito pela sociedade civil nos segmentos Bibliotecas, Arquivos e Museus no Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina (CEC/SC).

de que vivíamos sob as garras de uma feroz ditadura civil-militar, que nunca gostou do conceito e do exercício das liberdades, principalmente as de expressão e de manifestação. Estudei o primário no Grupo Escolar Jairo Callado. Minha mãe era do lar, desdobrava-se em fazer comida no horário sagrado, sem atrasos para um “batalhão”, além de limpar a casa, lavar a roupa nas mãos, pois não tínhamos máquina de lavar, e cuidar de uma penca de filhos “endiabrados”. Meu pai era militar da Marinha de Guerra e, com um soldo baixo, fazia serviços extras em uma marcenaria artesanal instalada em nossa casa, para “engordar” o orçamento doméstico; volta e meia era chamado para lixar madeiras e aplicar verniz em mesas, cadeiras e beliches. Meus pais não foram severos/rudes, mas exigiam boas notas escolares. Importante destacar que sempre convivemos com livros (minha mãe sempre gostou de ler), e meu papai nunca deixou faltar uma enciclopédia (Barsa, Delta e Mirador) para suprir nossas “pesquisas escolares”, pois a existência de bibliotecas nas nossas escolas era raríssima. Com 10 anos, nos mudamos para a Costeira do Pirajubaé, um arrabalde da Ilha. Foi uma grande ruptura em nossa vida. Novas amizades, colégio, e tudo que precisássemos tínhamos de ir ao Centro da cidade, que para nós se tornava distante, além de um péssimo transporte coletivo. Era um bairro extremamente carente de infraestrutura (desde a inexistência de farmácia, padaria, supermercado, escolas de ensino médio, áreas de lazer – nem uma quadra no colégio existia –, posto de saúde. Com 10 anos, fui vender o jornal *O Estado* – já sinalizando obter uma independência financeira). Lia o jornal inteiro, as sessões de política, esporte, coluna social, policial, horóscopo etc. Com certeza esse trabalho foi o impulsionador para desenvolver meus hábitos de leitura e nutrir o gosto pela informação. Sou até hoje um “viciado” em jornais, principalmente os impressos, contudo venho me adequando aos digitais, apesar de “cansar a vista”... Minha juventude foi marcada por uma intensa militância secundarista, iniciada em 1980. Com 16 anos fui um dos delegados eleitos da escola, Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), para participar do Congresso de Reconstrução da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes), em Curitiba, e no retorno fundamos a União Florianopolitana de Estudantes (Ufes), da qual fui duas vezes presidente. Pautávamos as nossas lutas na defesa do ensino público e gratuito, construção de grêmios livres, meia-entrada no cinema, transporte coletivo e a democratização do país. Com a militância estudantil, começo a me inteirar e participar ativamente da vida política, abrindo caminho para as atuações no campo popular, sindical e partidário. Fui fundador e secretário do Sindicato dos Trabalhadores nas Fundações Públicas (Sinfusc), fundador da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em âmbito nacional, membro do Conselho de Representantes da Federação dos Servidores Públicos, fundador do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual (Sintespe) e presidente da Associação dos Funcionários da Fundação Catarinense de Cultura (1986-1990 e 2020-2022).

O CAMPO DA BIBLIOTECONOMIA E DA ARQUIVOLOGIA

GMS: Você se graduou em Biblioteconomia em 1996, pela Udesc. Como podemos pensar o curso de Biblioteconomia nos anos 2000, com a velocidade de informação, diminuição de obras impressas e produção de representantes digitais em grande escala?

AM: São novos tempos, novos paradigmas, novos desafios. Lembro quando estava na faculdade (início da década de 1990), participei de seminários sobre essa questão, o que causava espanto e preocupação, principalmente as previsões “messiânicas” de que as bibliotecas, dentro do modelo em curso, desapareceriam num período de 20 anos, como afirmações categóricas que o exercício do profissional de Biblioteconomia estaria em risco,

fadado à extinção!!! E eu ficava matutando algumas questões: 1) a realidade brasileira em relação à infraestrutura no campo das tecnologias era e ainda é deficitária, o que necessitaria de pesados investimentos, então não teríamos a “revolução” como alguns projetavam; 2) no Brasil, a grande maioria das bibliotecas públicas, escolares, comunitárias não possui padrões de excelência quanto a funcionamento, estrutura física e instalações adequadas, profissionais habilitados, políticas de desenvolvimento de acervos etc. Muitas delas são verdadeiros depósitos de livros. Fica difícil estabelecer parâmetros ou paralelos com outros países, principalmente os europeus e os da América do Norte, pois lá a instituição biblioteca está consagrada e enraizada na sociedade, que a reconhece como um bem público e universal, o que permite agregar valor e que, sem dúvida, acelerou os processos de adaptação às novas tecnologias. As novas tecnologias constituem ferramentas que devem ser incorporadas pelas bibliotecas e demais centros de informação, e cabe ao profissional bibliotecário o papel de organizar, mediar, distribuir e criar estratégias para o desenvolvimento de uma política de informação segura e de qualidade. Nunca é demais comparar que a passagem do manuscrito, seja em seus diferentes suportes, como o papiro ou pergaminho, para o livro impresso, com a tipografia de Gutenberg, não deixou de provocar um impacto, uma “revolução”, sendo gradativamente incorporado e adaptado às bibliotecas existentes na época. O volume de produção do conhecimento e a geração de informação ao longo dos anos expandiram-se rapidamente com a produção de obras impressas, o que fez com que bibliotecas necessitassem de espaços físicos ampliados, mobiliários para a sua guarda, investimentos em compra de acervos, novos serviços, tais como empréstimo domiciliar, entre outros. Então, a montagem dessa estrutura não será diferente mesmo com os livros e periódicos digitais, portais, sites, mídias sociais, entre outros.

Temos bibliotecas aqui em Santa Catarina que sequer possui rede lógica de internet ou que funcionam em locais que mais parecem depósitos. Como constituir bibliotecas eletrônicas ou digitais se a infraestrutura básica é precária ou inexistente? Como pensar políticas de armazenamento e segurança dos arquivos digitais sem a existência de repositórios e *backups*? O volume de publicações impressas no formato digital é incomparável em relação ao livro impresso, entretanto é fato a ausência de investimentos na compra de acervos na imensa maioria das bibliotecas. Nossas bibliotecas vivem exclusivamente de doações, do descarte da sociedade. A título de informação, sabes quantos títulos a Biblioteca Pública de Santa Catarina comprou nos últimos dez anos para atualizar o seu acervo? Apenas os títulos reservados a autores exigidos nos vestibulares da UFSC e Udesc... O quantitativo de aquisição, arrisco dizer, não chegou a 50 títulos. Imagine adquirir as produções de *e-books*, *e-pubs* que são lançados diariamente no mercado editorial digital. A verdade é que sequer possuímos rubricas específicas nos orçamentos públicos para aquisição de acervos físicos. Temos muito que avançar no tocante a investimentos voltados à adequação às novas tecnologias nesse campo das bibliotecas. Com certeza, o universo digital é um instrumento que permite o rompimento de fronteiras geográficas, democratizando o acesso à informação como um bem coletivo, todavia requer políticas estruturantes de estado, no sentido de implantar redes ou um sistema de bibliotecas híbridas (tradicional e digital) que possam estar interligadas e disponíveis aos seus interagentes.

Figura 1 – No setor de “Memória” da Biblioteca Pública de Santa Catarina

Fonte: Fotografia de Marco Santiago

GMS: Em 2002 você defendeu seu mestrado em Educação e Cultura no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Udesc. A sua dissertação versou sobre as reformas da educação em Santa Catarina e a implantação das bibliotecas escolares, nas décadas de 1930 e 1940. Como ocorreu a implantação desses equipamentos públicos no estado? Santa Catarina teve alguma particularidade distinta do restante do Brasil?

AM: A implantação de bibliotecas escolares a partir de década de 1920 no Brasil tem forte influência do movimento educacional Escola Nova, principalmente a partir das reformas educacionais realizadas nos estados de São Paulo, Ceará, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e no Distrito Federal, sob o comando de renomados educadores e intelectuais, tais como Sampaio Dória, Lourenço Filho, Fernando Azevedo, Anísio Teixeira, Carneiro Leão, Francisco Campos, entre outros, todos identificados com as linhas e concepções filosóficas e pedagógicas do escolanovismo. Para Anísio Teixeira, “ensino e biblioteca são instrumentos complementares. Uma escola sem biblioteca é um instrumento imperfeito”. Para esses educadores renovadores, livros e bibliotecas são entendidos como objetos da cultura material escolar e passam, assim, a ter novos significados no universo escolar, servindo como instrumentos auxiliares que suscitasse a pesquisa, a reflexão e a adoção de novas práticas de leitura. E como essa nova concepção chega a Santa Catarina? O estado catarinense realizou diversas reformas no campo da educação elementar ao longo do século XX. Merece destaque a Reforma Orestes Guimarães – educador paulista contratado –, que idealizou as diretrizes da reforma efetuada no início da segunda década (1911), no governo de Vidal Ramos. A reforma introduziu inovações didático-pedagógicas, assim como nas estruturas físicas das unidades escolares. Entretanto as inovações não sinalizavam a criação e a utilização de espaços reservados às bibliotecas escolares, descartando-as das práticas de ensino. Contudo, com a Reforma Trindade – Luiz Sanches Bezerra Trindade –, instituída pelo Decreto n.º 713, de 5 de janeiro de 1935, ocorreu um maior desenvolvimento da educação pública, marcada pela expansão do número de escolas e na elevação expressiva nos níveis de matrículas, interferindo no crescimento dos índices de alfabetização das camadas populares. Não obstante, a reforma conduzida pelo professor Trindade trouxe em seu bojo concepções pedagógicas que, de certa forma, provocaram alterações no contexto escolar. Nas prescrições estabelecidas no Decreto, merecem destaque: a) a criação do Departamento de Educação, em substituição à Diretoria de Instrução Pública, e que vai

estabelecer uma série de subdiretorias, entre as quais a Subdiretoria de Bibliotecas, Museus e Radiodifusão; b) alteração na estruturação escolar: Escolas Normais são denominadas Institutos de Educação, que vão abranger os jardins de infância, grupos escolares, escolas isoladas (rurais), escola normal primária, secundária e superior vocacional; c) alteração e criação de cargos: são criados os cargos de professores auxiliares, secretário escolar e de professores encarregados pelas bibliotecas escolares, além de um professor bibliotecário para as Escolas Normais, com o objetivo de despertar os alunos ao interesse pela boa leitura e auxiliar nas atividades complementares; d) instituição das bibliotecas circulantes José Boiteux e Luiz Delfino – acervo composto por obras didáticas, literatura infantil e pedagógica –, voltadas para a divulgação e disseminação da leitura. Apesar dos esforços, a implantação das bibliotecas era bastante retraída, porque 90% das escolas estavam instaladas em espaços inadequados. Das 2.447 unidades escolares, entre isoladas, reunidas, complementares, grupos escolares, estadual, municipal e particular, somente 135 possuíam espaços denominados de bibliotecas, no entanto todos os grupos escolares contavam com bibliotecas em suas estruturas. Já a Reforma Elpídio Barbosa, realizada em 1946, em que pese alguns pontos de identificação com outros regulamentos efetuados no passado, incorporava e reafirmava as novas concepções educacionais, trazendo em seu bojo algumas diretrizes identificadas com as ideias renovadoras. Os dados relacionados à instalação de bibliotecas nos estabelecimentos escolares registraram em 1946 a presença de 814 delas, num universo de 2.773 unidades escolares, o que representava 29,3%. Para concluir, a pesquisa revelou que as duas reformas absorveram as concepções idealizadas pelos educadores escolanovistas, ocorrendo um crescimento gradativo e institucional das bibliotecas no cotidiano escolar, o que projetou o estado de Santa Catarina como o 5.º maior número de bibliotecas no contexto nacional. Diante de tais indicadores, deixo para uma reflexão: por que regredimos? A atual realidade das bibliotecas escolares catarinenses no contexto escolar é dramática, para não dizer sepulcral, e quando existente, em sua maioria, são meros apêndices pedagógicos. Um claro exemplo da dispensa da biblioteca no cenário educacional é o descumprimento da Lei n.º 12.244/10, que estabelecia um prazo de 10 anos para a institucionalização da biblioteca escolar e que ainda não foi cumprida na sua íntegra, mesmo decorridos 12 anos da sua vigência. Obviamente que possuímos alguns municípios que têm uma rede de bibliotecas escolares e comunitárias consolidadas, tais como São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, Belo Horizonte etc., com espaços físicos e acervos adequados e com profissionais habilitados em sua organização e planejamento pedagógico, porém constituem ilhas de exceções.

GMS: Durante muito tempo as áreas de Biblioteconomia e Arquivologia caminharam juntas, contudo as duas áreas se reivindicaram independentes, conforme a construção de novas categorias de análises e metodologias. Onde se encontram as proximidades e as distâncias teóricas e técnicas entre a Biblioteconomia e a Arquivologia?

AM: Conforme os objetivos e princípios norteadores, ressalvadas as especificidades e metodologias inerentes, ambas estão no grupo de gestão documental, o que em muito as aproximam. Vamos buscar na Antiguidade a criação dos primeiros “arquivos e bibliotecas”, que eram formados, em sua maioria, num único acervo envolto no mesmo espaço físico. Na Idade Média, essa concepção ou prática ainda vigorou, e as rupturas só passaram a vingar na Idade Moderna, iniciando os processos de separação. Com o advento da Revolução Francesa, começam a se multiplicar, particularmente na Europa. Segundo o historiador Jacques Le Goff, os arquivos, museus e bibliotecas constituem “monumentos de lembrança”, e com essa expansão suscita-se a necessidade de mão de obra específica, o que vai nortear a criação de cursos de Biblioteconomia e de Arquivologia na École de Chartes, em 1821. A origem das

instituições já aproxima os dois campos, bem como a composição de partes de seus acervos, pois encontraremos documentos em uma biblioteca que é de arquivo, e vice-versa, o que permite e aproxima um diálogo institucional, sinalizando a possibilidade de haver no campo profissional equipes interdisciplinares nos mesmos espaços institucionais. Outro aspecto que as aproxima está relacionado à memória, pois ambas constituem “espaços ou lugares de memória”, e os acervos salvaguardados são elementos provenientes da memória coletiva e da história. Para alguns autores, a Biblioteconomia e a Arquivologia estão inseridas no campo das Ciências da Documentação, já que compartilham dos mesmos procedimentos, métodos e técnicas, ressalvadas as diferenças dos tipos de documentos integrantes do seu acervo. Na Arquivologia, os documentos e a informação são únicos e de qualquer gênero e devem seguir alguns princípios e características, tais como proveniência, naturalidade, imparcialidade, autenticidade, unicidade etc.; enquanto na Biblioteconomia os documentos são constituídos por livros, periódicos, boletins informativos, suplementos, mapas, partituras, filmes, atlas etc.

Figura 2 – No setor de “Memória” da Biblioteca Pública de Santa Catarina



Fonte: Fotografia de Flavio Tin

GMS: Você é bibliotecário da Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC) na unidade de Conservação e Memória. Quais os principais desafios da atuação técnica nesse setor dentro do serviço público?

AM: Bom, ao mesmo tempo em que me sinto privilegiado em trabalhar nesse setor, é uma enorme responsabilidade trabalhar no setor que considero de vital importância na instituição. Com o devido respeito aos demais setores e colegas, entretanto, considero essa unidade a “joia rara da Coroa”, ou seja, um setor ou unidade diferente de qualquer outra biblioteca, ao dispor de uma série de acervos (livros, jornais, boletins, revistas, relatórios governamentais, mapas, repositórios etc.) correlacionados com a nobre missão de guarda, conservação e difusão da memória bibliográfica catarinense. Obviamente, temos grandes desafios pela frente. Merece destaque o acervo de jornais catarinenses, que contempla cerca de 2 mil títulos abrangendo o período histórico de 1831 aos dias atuais, sendo considerado o maior do gênero em Santa Catarina e um dos maiores do Brasil. São acervos especiais, com edições físicas que ultrapassam mais de 180 anos, o que requer uma infraestrutura de controle diário de umidade e temperatura e um sistema de climatização constante e ininterrupto, garantindo, assim, uma sobrevida a tais materiais. Lamentavelmente, ficamos

nos anos de 2019/2020 e parte de 2021 sem cobertura de climatização e controle de umidade nas salas de acervos, em virtude de panes nos ares-condicionados e desumidificadores, o que com certeza implicou aumento dos níveis de depreciação, ocasionando danos irreversíveis aos materiais. Cabe ressaltar que muitos títulos de jornais estão em elevado processo de deterioração, em decorrência de manuseios (utilização inadequada ao longo dos anos), depreciações das encadernações, acidez das páginas (que as tornam frágeis) etc. O Laboratório de Encadernação e Restauro sofre há dez anos com a ausência de profissionais, pois, no concurso público realizado em 2010, não foram previstos os cargos de encadernador e restaurador. Entendo que o maior desafio da Unidade de Conservação e Memória é construir uma política de conservação e preservação contínua, com instalações físicas e acondicionamentos dos acervos conforme as recomendações e padrões técnicos, corpo de profissionais habilitados, instalação de sistemas de climatização com monitoramento diário, bem como um sistema de prevenção de incêndios que garanta a segurança do patrimônio histórico e coletivo acondicionado na instituição. Contudo ressalto aqui o esforço da administradora da Biblioteca Pública de SC, bem como da atual presidência da Fundação Catarinense de Cultura, que não tem medido esforços no sentido de ampliar as condições de acondicionamento e controle climático do Setor de Memória, o que resultou na compra de 176 estantes no formato *slim*/deslizantes (histórica reivindicação dos técnicos do setor) e na aquisição de desumidificadores, ambos para o Setor de SC/Jornais Catarinenses, além da elaboração de um novo leiaute de toda a Biblioteca, reivindicando futuras e urgentes intervenções de reformas (arquitetônica, elétrica, luminotécnica, preventiva de incêndios etc.), fruto de discussões efetuadas coletivamente envolvendo os servidores. A maior e mais antiga instituição cultural de Santa Catarina merece ser tratada à altura dos seus 168 anos, com elevada contribuição em prol do desenvolvimento da educação, da cultura, da pesquisa, da informação e na geração de conhecimentos na coletividade catarinense.

TRABALHADOR E MILITANTE DA CULTURA

Figura 3 – Ato pela campanha salarial, dezembro de 2021, Florianópolis (SC)



Fonte: Acervo de Alzemi Machado

GMS: Você é o atual presidente da Associação dos Funcionários da Fundação Catarinense de Cultura. No ano passado (2021) houve uma grande mobilização da categoria contra as políticas de fragmentação salarial, sobretudo dos trabalhadores da cultura, denunciadas por você como a criação de um *apartheid* no interior do serviço público estadual. A falta de isonomia nos salários, nas gratificações, entre outros reconhecimentos e benefícios, é uma forma de desmobilização da categoria e precarização do serviço público. Você pode nos relatar como foi essa luta pela equiparação salarial, contra o desmonte e a terceirização do serviço público e pela valorização equânime dos trabalhadores públicos estaduais?

AM: Desde 2013 os governantes à frente do Executivo trataram de implantar uma desigual política de recomposição salarial, que eu intitulo de “APARTHEID”, ou seja, uma política que institucionaliza a segregação nas carreiras e órgãos públicos, criando verdadeiras castas nos órgãos da administração pública, num flagrante desrespeito e afronta às Constituições Federal e Estadual, ferindo o princípio básico da isonomia. Em dezembro de 2021 foram concedidas gratificações a determinados setores cujos percentuais alcançaram 150%, já para os trabalhadores da cultura, esporte, turismo, desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, quadro civil da PM e dos Bombeiros, educação especial e cargos administrativos da educação, esse índice foi de 50% sobre a gratificação de produtividade. Para se ter uma ideia do insulto perpetrado pelo governo e chancelado pela maioria dos parlamentares, que ajudaram com as suas digitais a ampliar o abismo da desigualdade salarial no serviço público estadual, o “pacotão da maldade e da segregação” estabeleceu por meio de leis aprovadas – Lei n.º 18.315 e alterações na Lei n.º 16.465 – uma injusta distribuição dos recursos públicos. A título de comparação, um técnico que ocupa cargo com formação superior na **Secretaria da Administração, Iprev, Procuradoria Geral, Controladoria, Fazenda, Casa Civil, IMA, Junta Comercial, Infraestrutura e Mobilidade e Aresc receberá R\$ 7.500,00 somente de gratificação**, o que juntamente com o vencimento base e produtividade atingirá um **piso de R\$ 10.971,24**, enquanto um servidor com o mesmo cargo, escolaridade e função idêntica na Fundação Catarinense de Cultura receberá **R\$ 1.087,62 a mais de gratificação (50%)**, atingindo um piso de R\$ 4.558,86 se juntarmos o vencimento base e a produtividade. Reafirmo que tais gratificações foram concedidas sem nenhum critério técnico ou de desempenho funcional, pois como conceber que um técnico de **nível operacional nos órgãos citados** passará a receber mais que um servidor com formação superior: **R\$ 8.042,00³!!!** A Constituição Federal é bastante clara em seu artigo 7.º, estabelecendo que “são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria da sua condição social [...]”; na alínea XXX, sinaliza a “proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil [...]”. Ora, se o papel social do Estado é abolir ou diminuir as diferenças, vemos a prática de um governo promovendo e provocando abismos e desigualdades. Essas leis aprovadas, no meu ponto de vista, ferem princípios da constitucionalidade e da moralidade administrativa, dando prosseguimento à velha política de discriminar setores do funcionalismo. Apesar de derrotados no campo parlamentar, não nos demos por vencidos e, em fevereiro, protocolamos duas representações endereçadas ao Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa e Centro de Apoio Operacional de Controle Constitucional do Ministério Público Estadual, solicitando medidas judiciais. Paralelamente, estamos contratando advogado especializado em Direito Constitucional para ingressarmos com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) das leis aprovadas, sustando

³ Grifos feitos pelo entrevistado.

os feitos e benefícios. Não vamos desistir das mobilizações e, cada vez mais, nos organizamos de forma unificada com os demais setores do funcionalismo vítimas contumazes da nefasta e vergonhosa política de *apartheid*, infelizmente institucionalizada na administração pública catarinense.

Figuras 4 e 5 – Atos contra a reforma da previdência, julho 2021, Florianópolis (SC)



Fonte: Acervo de Alzemi Machado

GMS: Você é meu colega no Conselho Estadual de Cultura (CEC) representando os setores de arquivos e as bibliotecas. Estamos em uma luta árdua para construir e nortear as políticas culturais no nosso estado, que não podem se restringir aos editais de fomento à cultura. No ano de 2021, o CEC, sobretudo você, trouxe para a pauta pública um problema sério relacionado às perseguições dos artistas catarinenses, especialmente a arbitrariedade de um gestor público na cidade de Brusque que determinou literalmente o “apagamento” de uma obra de arte, produzida em via pública financiada com recursos públicos. Como denunciar esses processos arbitrários e como defender a liberdade de criação e expressão artística em tempos de obscuridade ideológica autoritária?

AM: Primeiramente, fico muito honrado de poder estar ao lado de uma conselheira como você, uma respeitada intelectual e ativista presente na defesa do patrimônio histórico material e imaterial e que engloba também os arquivos, bibliotecas e museus, as nossas “casas de memória coletiva”. Além do mais, somos trabalhadores do setor cultural público, ou seja, somos os operadores na aplicação das políticas. A construção de políticas públicas no campo cultural é uma tarefa árdua e requer uma ação conjunta e organizada da sociedade civil, seja nas setoriais constituídas, nos fóruns, nas conferências, nas articulações com os conselhos municipais, com os gestores e os parlamentares do campo progressista. Agora requer uma força-tarefa ainda maior, pois o desmonte orquestrado desde 2016 no âmbito federal, e pactuado também por diversos gestores municipais aqui em Santa Catarina, destruiu com uma fúria avassaladora tudo o que o setor cultural conquistou nos últimos 15 anos, pondo fim ao Ministério da Cultura (MinC) e todas as diretrizes estabelecidas na consecução do Plano Nacional de Cultura (PNC). Houve a aprovação da Lei Aldir Blanc (LAB), importante Lei emergencial, proposta com base em iniciativas de parlamentares preocupados com a alarmante e dramática situação vivida pela classe artística e cultural brasileira, cujos espaços de produção, circulação e fruição cultural foram impactados pela Covid, deixando milhões de trabalhadores desempregados e sem perspectiva de geração de renda mínima. Apesar das ameaças e do terror perpetrado pelo tirano de Brasília, as mobilizações e articulações impediram o veto. Novas mobilizações estão em curso no âmbito nacional objetivando a aprovação da LAB 2 e da Lei Paulo Gustavo, já com algum

êxito no Congresso Nacional. O momento pelo qual estamos passando requer embates e enfrentamentos com os setores da extrema-direita e que elegeram a cultura como inimiga. O caso envolvendo o artista brusquense Douglas Leoni não constituiu ato isolado. Isso está alicerçado e faz parte de um projeto político cujas bases ideológicas estão firmadas no fascismo e que objetiva destruir o Estado Democrático de Direito, reprimir manifestações e efetuar perseguições, ressuscitando a inescrupulosa censura, tanto na produção cultural e artística quanto na mídia, vide os constantes ataques e agressões a veículos da imprensa nacional. As perseguições aos artistas estão acontecendo em diversas cidades brasileiras, justificadas pela “defesa dos valores cristãos e da família”, quando na verdade se trata de impor um pensamento único. A perseguição ao setor cultural chegou a atingir também cidades do exterior, como no Festival de Cinema de Montevidéu, que cancelou a exibição do filme *Chico: artista brasileiro*, do cineasta Miguel Faria Jr, por pressão da embaixada brasileira. Temáticas que tratem de assuntos voltados ao público LGBTQIA+ são consideradas malvistas, encontrando dificuldades em obter financiamentos por não se enquadrarem na “fé cristã e da família”. Ressalta-se que a verba pública não pertence a gestores, sejam eles municipais, estaduais ou federal, nem a dirigentes de estatais e empresas públicas. É preciso considerar e respeitar a diversidade presente ao longo do extenso território brasileiro, dando amparo aos produtores artísticos e culturais sem passar por crivos e avaliações de cunho ideológico. O contrário disso é se apropriar de recursos provenientes da sociedade, com o objetivo de querer impor um projeto político ideológico. Quando soube da censura imposta ao artista Douglas, imediatamente utilizei o espaço no Conselho Estadual de Cultura para denunciar aquilo que considero um abuso, desrespeito ao artista e ao dinheiro público, além de um brutal ataque à livre manifestação e expressão. Tive o apoio incondicional dos meus pares, e aprovamos uma Moção de Desagravo ao poder público e de apoio incondicional ao artista. Formamos uma Comissão, que se dirigiu a Brusque, e participamos de uma reunião, primeiramente com os integrantes do Conselho Municipal de Cultura e, na sequência, com a Presidente da Fundação Cultural, que lamentavelmente não se solidarizou à causa. A censura teve repercussão estadual, nacional e internacional. Recentemente, a partir de uma representação judicial movida pelo Ministério Público, a Justiça proferiu decisão a favor do artista, intimando o poder público a autorizar uma nova pintura no local. Acredito que essa vitória foi fruto de ações articuladas envolvendo diversas pessoas, imprensa, instituições e cidadãos, que, no caso em tela, promoveram um abaixo-assinado que obteve o apoio de mais de 2 mil cidadãos. É importante realizar atividades *online*, como *lives*, convidando artistas, promotores de justiça, professores, representantes de Conselhos de Cultura, parlamentares, entidades do setor, entre outros, com o propósito de debater e traçar ações pedagógicas/educativas, adentrando nos espaços sociais e reafirmando a importância e a necessidade da livre manifestação. Acredito que somente com a organização e envolvimento por parte da sociedade civil é que teremos condições de enfrentar em igualdade, afastando por vez o cenário de obscuridade e de autoritarismo.

GMS: Em 2021 participamos do Fórum Catarinense de Arquivos, promovido pela Associação dos Arquivistas do Estado de Santa Catarina (Aesc) em parceria com o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Apesc). O Fórum reuniu representantes de numerosas instituições arquivísticas catarinenses e deflagrou a necessidade imperiosa de se criar com urgência o Sistema Estadual de Arquivos, para congrega e orientar as políticas da área no estado. O que falta efetivamente para criarmos esse sistema setorial?

AM: Foi um importante evento, enriquecido pela participação de nomes de referência na política arquivística estadual e nacional. A Lei n.º 17.449/2018, que criou o Sistema Estadual de Cultura (Siec), importante marco regulatório, deixou uma lacuna no que diz respeito à criação do Sistema Estadual de Arquivos. A inclusão na Lei é de fácil resolução,

bastando apenas propormos uma Emenda Aditiva na Lei do Siec, justificando a imperiosa necessidade de ser instituído o Sistema Estadual de Arquivos. Já dispomos, na referida Lei, do Sistema Estadual de Bibliotecas e do Sistema Estadual de Museus; precisamos fechar a tríade, inserindo os Arquivos nesse contexto legal, com o firme propósito de aglutinar/congregar as diversas instituições arquivísticas e orientar e traçar as diretrizes para o estabelecimento das políticas públicas para o setor. O amplo debate precisa ser constante/permanente, e, sob efervescência, urge a necessidade de estruturarmos as setoriais de Bibliotecas, Museus e Arquivos, legítimos fóruns de representação, discussão e deliberação coletiva. Precisamos também atuar no campo parlamentar, promovendo em parceria com a Comissão de Cultura a realização de Audiência Pública, chamando a atenção tanto do Poder Legislativo e do Poder Executivo quanto da sociedade civil sobre os problemas inerentes ao setor arquivístico, elencando os problemas e sinalizando as alternativas de solução, dentro de uma perspectiva participativa e de pactuação política entre governo e sociedade civil.

HEMEROTECA DIGITAL CATARINENSE

Figura 6 – Alzemi Machado com o escâner de digitalização



Fonte: Acervo de Alzemi Machado

GMS: Você foi o proponente do Projeto de Lei n.º 18.313, de 30 de dezembro de 2021, que acrescentou à Lei n.º 11.074, de 11 de janeiro de 1999, a seguinte alteração em seu artigo 2.º: “Os administradores de gráficas, editoras, empresas jornalísticas e demais modalidades de oficinas de impressão situadas no Estado de Santa Catarina deverão remeter à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina um exemplar de cada publicação que executarem, em suas versões impressas e digitais”. Quais são os avanços e os desafios para a “Hemeroteca Digital Catarinense”?

AM: Tenho orgulho de ter sido o idealizador e, juntamente com a minha colega bibliotecária Iraci Borszcz, vinculada ao Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH-Udesc), iniciado a Hemeroteca Digital Catarinense, um projeto já reconhecido publicamente por pesquisadores e instituições de renome, como a Biblioteca Nacional. Desde 2013 começamos a digitalizar as coleções de jornais e outros periódicos catarinenses, tornando-as acessíveis via repositório digital (www.hemeroteca.ciasc.sc.gov.br). Estão disponíveis para consulta e transferência gratuita de arquivos cerca de 960 títulos, que ultrapassam mais

de 750 mil páginas, o que a consolida como maior repositório de jornais regionalizados do estado e o segundo do país. É a única ação estadualizada da Biblioteca em seus 168 anos de funcionamento, tornando-se efetivamente numa pioneira política pública contínua, pactuada com diversos municípios, arquivos, proprietários/espólio de jornais extintos ou em circulação e empresas do setor jornalístico. Além de permitir o acesso de qualquer cidadão à coleção de jornais e revistas, a Hemeroteca traz em seu bojo o princípio da democratização universal da informação, permitindo o rompimento das fronteiras geográficas e a prestação de serviços públicos gratuitos. Outro aspecto importante é que, com a digitalização, o acesso aos originais fica restrito ou o seu uso/manipulação condicionado, o que assegura uma maior longevidade às coleções, impactando na sua preservação/conservação. Uma das preocupações/desafios é que, com a acentuada velocidade proporcionada pelas novas tecnologias, o que trouxe num curto espaço de tempo mudanças quanto à circulação das edições físicas impressas dos suportes de informação (livros, revistas, jornais etc.), estas deixaram de existir e passaram a ser publicadas digitalmente, entretanto não eram encaminhadas cópias das edições digitais, abrindo uma lacuna no tocante à preservação da memória bibliográfica. A alternativa foi propor uma emenda na Lei n.º 11.074/1999, incluindo as publicações digitais e a consequente remessa à Hemeroteca Digital Catarinense. Entendo que um dos grandes desafios da Hemeroteca é ampliar o número de parceiros (arquivos, bibliotecas, casas de memória, empresas, cidadãos etc.) e tornar-se o “guarda-chuva da memória bibliográfica catarinense”, pois sabemos que a esmagadora maioria dos municípios não possui condições financeiras na efetivação de uma logística digital, que passa necessariamente na aquisição de escâner de alta resolução, contratação de profissionais digitalizadores e supervisores, aquisição de *softwares* voltados ao tratamento de edição de imagens, busca e recuperação da informação, plataforma (repositório), armazenamento e segurança dos arquivos digitais. Uma das estratégias para alcançarmos tal resultado é a realização de seminários técnicos regionalizados, com a presença de especialistas na área, e voltados aos municípios e suas secretarias/fundações de cultura, arquivos, bibliotecas, centros de memória, com vistas a nortear caminhos que permitam a consecução de parcerias com o objetivo de digitalizar os documentos históricos.

Florianópolis, 11 de março de 2022